

COMISSÃO DE SAÚDE

REQUERIMENTO Nº , DE 2024

(Da Sra. Rosangela Moro)

Requer a realização de audiência pública para debater sobre a regulação da medicina nuclear no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro a realização de audiência pública para debater sobre a regulação da medicina nuclear no Brasil, com o objetivo de discutir o atual cenário da regulação da medicina nuclear no Brasil e seus impactos no acesso aos tratamentos e exames, discutir o papel da regulação de radiofármacos no fechamento de mercado à competição e indicar soluções possíveis para superar os desafios identificados, visando a expansão do acesso e a melhoria da qualidade dos serviços de medicina nuclear no país, com fundamento no art. 58, § 2o, II, da Constituição Federal, e dos arts. 24, III, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD).

Deverão ser convidados para participar da Audiência Pública os seguintes representantes:

- Excelentíssimo Senhor Dr. Antonio Barra Torres – Diretor-Presidente da ANVISA;
- Excelentíssimo Senhor Dr. Wawrwyck Mendonça – Presidente da Associação Nacional de Empresas de Medicina Nuclear (ANAEMN);
- Excelentíssima Senhora Dra. Lilian Santos Marques Severino – Economista-Chefe do CADE;
- Excelentíssima Senhora Dra. Isolda Costa – Diretora do IPEN;



- Excelentíssima Senhora Prof. Amanda Flávio de Oliveira – professora de Direito Regulatório da Universidade de Brasília (UnB);
- Excelentíssimo Senhor Dr. Fabio Ribeiro, médico nuclear em Florianópolis.

JUSTIFICATIVA

Após a quebra do monopólio constitucional sobre a produção de radiofármacos, esperava-se uma abertura do mercado a múltiplos concorrentes e a ampliação do acesso da população aos tratamentos e exames de medicina nuclear. Contudo, o monopólio público foi substituído por um monopólio privado, resultando em um acesso estagnado de pacientes de doenças graves a esses serviços. Essa situação é ainda mais dramática nos estados do Norte e Nordeste do país, onde os números da medicina nuclear estão muito aquém dos identificados em países vizinhos da América Latina.

A regulação eficaz da medicina nuclear é fundamental para garantir o acesso equitativo aos tratamentos e exames, promovendo a saúde pública e o bem-estar da população brasileira. A realização desta Audiência Pública é um passo crucial para identificar e superar os obstáculos enfrentados no setor, contribuindo para o avanço da medicina nuclear no Brasil.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 2024.

ROSANGELA MORO

DEPUTADA FEDERAL - UNIÃO/SP

